

ECONOMIA

Quando o Brasil

CRESCER...

Economia - Brasil

EQUILÍBRIO DUVIDOSO

Governo precisa cortar gastos e evitar aumentar impostos. Só assim poderá cumprir meta de economia para pagamento de juros e impedir um novo recorde na carga tributária

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Cumprimento de meta de superávit primário tem sido fundamental para manter relação dívida/PIB sob controle

Em % do PIB

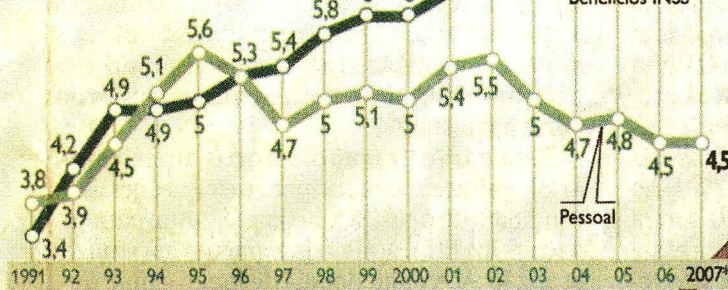


*Acumulado em 12 meses até novembro Fonte: Banco Central

GASTOS CRESCENTES

Despesas públicas sobem muito acima do PIB, limitando o espaço para investimento

Em % do PIB



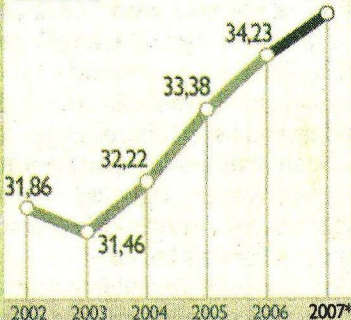
*Acumulado em 12 meses até novembro

Fonte: Estudo BNDES com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica e Tendências Consultoria

CARGA TRIBUTÁRIA

Para cobrir os elevados gastos do governo, arrecadação de tributos registra sucessivos aumentos

Em % do PIB



*Estimativa de analistas Fonte: Receita Federal

RANKING

Os países mais eficientes nos gastos públicos na América Latina

- 1° Chile, Costa Rica, Guatemala, República Dominicana e Trinidad e Tobago
- 6° Argentina
- 7° Haiti
- 8° Uruguai
- 9° Peru
- 10° Equador
- 11° México
- 12° El Salvador
- 13° Venezuela
- 14° Panamá
- 15° Paraguai
- 16° Nicarágua
- 17° Jamaica
- 18° Bolívia
- 19° Honduras
- 20° Brasil
- 21° Colômbia

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

FALTA EFICIÊNCIA

Gasto público na América Latina

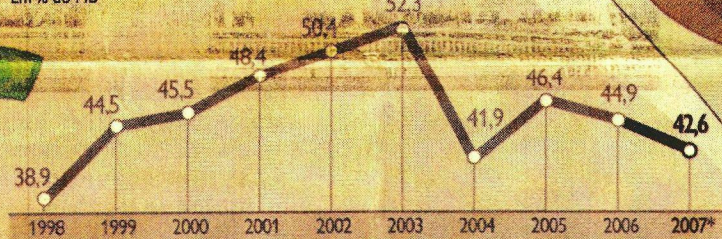
Em % do PIB — Média no período de 1998 a 2003

País	Consumo do governo	Educação	Saúde
Colômbia	20,44	4,64	6,46
Brasil	19,42	4,23	3,32
Jamaica	15,85	6,10	2,83
Bolívia	15,29	5,94	3,77
Costa Rica	13,73	4,84	5,21
Panamá	13,61	4,58	5,06
Trinidad e Tobago	13,38	4,00	1,58
Venezuela	13,06	4,60	2,70
Argentina	12,97	4,28	4,76
Uruguai	12,78	2,72	3,46
Honduras	12,53	4,20	3,46
Chile	12,37	4,0	2,86
Paraguai	11,73	4,64	2,93
México	11,48	5,12	2,67
Equador	11,21	1,37	1,72
Nicarágua	11,17	3,56	3,64
Peru	10,49	3,10	2,34
El Salvador	10,11	2,60	3,52
Rep. Dominicana	7,84	2,30	2,12
Haiti	7,13	1,50	2,66
Guatemala	6,82	1,65	2,11
Média	12,54	3,81	3,29

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

Economia feita pelo governo para pagamento de juros evita trajetória explosiva do endividamento

Em % do PIB



*Acumulado em 12 meses em novembro Fonte: Banco Central

GASTOS DO GOVERNO EM ALTA E ARRECADAÇÃO SEM CPMF FORMAM UM CENÁRIO PERIGOSO PARA O PAÍS

TRIPÉ DA ESTABILIDADE AMEAÇADO

RICARDO ALLAN
E EDNA SIMÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Os analistas concordam quanto às boas perspectivas econômicas para os próximos anos, mas também quanto ao elemento que pode estragar a festa: a política fiscal leniente do governo. Essa nota dissonante pode minar o bem-sucedido tripé que sustenta a estabilidade econômica desde 1999, formado pelo regime de metas de inflação, o câmbio flutuante e o ajuste fiscal. As dúvidas sobre o sincero desejo do governo de manter o orçamento equilibrado aumentaram na mesma proporção em que se elevaram os gastos públicos, inflados pela adoção de uma generosa prática de aumentos salariais para o funcionalismo, contratação de funcionários e cofres abertos para o custeio da administração.

O governo foi pego no contrapé ao perder a guerra da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Senado no momento em que expande as despesas totais do Tesouro Nacional num rit-

mo de 12,7%. Não poderia haver pior momento para perder uma receita de R\$ 40 bilhões anuais. "A hora da verdade foi antecipada. O debate em torno da redução das despesas públicas foi colocado na ordem do dia. O governo terá obrigatoriamente que repensar os gastos", avalia o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas. Há tempos ele vem alertando para o fato de que o governo deveria aproveitar a atual abundância de recursos externos para ajustar as contas. Do contrário, se arrependeria.

Segundo Velloso, até agora o governo pôde se dar ao luxo de ter uma atuação fiscal fraca, pois o corte de juros pelo Banco Central (BC), que reduziu a taxa básica (Selic) de 19,75% para 11,25% em dois anos, diminuiu muito o custo da dívida pública. Calcula-se que essa queda gerou uma economia de juros para o governo de R\$ 40 bilhões, valor equivalente a um ano de CPME. A partir de agora, o governo pode ser obrigado a determinar cortes mais fortes de gastos sem o guarda-chuva da CPMF e num ambiente de retração do crescimento econômico e dos fluxos internacionais de re-

ursos, em decorrência da crise financeira nos Estados Unidos. Por enquanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dito que não vai aumentar outros impostos para compensar as perdas.

Estudos

Como também determinou que não se subtraia verbas das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e não se reduza o superávit primário (economia para pagar juros da dívida), cuja meta é de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB), resta pouca coisa a fazer. O economista Denis Blum, da consultoria Tendências, duvida que a compensação seja feita apenas com cortes. "É praticamente inevitável o aumento de impostos", diz. A equipe econômica evita falar do assunto. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, propôs reapresentar a CPMF no Congresso e foi rejeitado por Lula. A líder do PT no Senado, Ideli Salvati (SC), já antecipou que o governo deve elevar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para se ressarcir de parte das perdas.

O governo ainda avalia aumentar a base de cálculo da Con-

tribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do setor de serviços. Portanto, o sonho de redução da carga tributária, acalentado pelos empresários e partidos de oposição, pode ser adiado. Segundo estimativa de analistas, a carga tributária deve ter atingido um novo recorde em 2007, batendo em 34,9% do PIB, muito em virtude do crescimento econômico. Para uma expansão do PIB calculada em 5,2%, as receitas subiram 13,6%, o que mostra as distorções do nosso sistema tributário. A continuidade do dinamismo em 2008 deve fazer com que a arrecadação suba de novo, elevando ainda mais a carga tributária brasileira, a maior do mundo na comparação com países de igual nível de desenvolvimento.

Por causa da rigidez orçamentária, os cortes costumam se concentrar em investimentos. Desta vez, o grosso deve recair nas emendas parlamentares, provocando desentendimento político com o Congresso. Para o consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Sérgio Gomes de Almeida, em momentos como este, quando o go-

verno precisa agir com rapidez, sempre acaba fazendo o pior ajuste. "O ideal seria que houvesse um teto para limitar o ritmo do crescimento dos gastos em relação ao PIB", afirma Almeida, ex-secretário de Política Econômica. A ideia de criar um redutor para as despesas foi proposta pelo então ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e seu colega do Planejamento, Paulo Bernardo, mas foi detonada por Dilma Rousseff (Casa Civil). Agora, está sendo reconsiderada.

Austeridade

As perspectivas fiscais só não são piores porque o governo conseguiu aprovar a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite o livre uso de 20% do dinheiro carimbado para áreas específicas, como saúde e educação. Sem esse instrumento, seria impossível cumprir as metas fiscais. O diretor-executivo do Itaú, Sérgio Werlang, lamenta o fato de ter que voltar a mencionar a importância da responsabilidade fiscal para o país, assunto que parecia ultrapassado. "Nunca pensei que voltaria a dizer que o mais importante é garantir a austeridade fiscal. A perda da

CPMF exige que o governo tome uma atitude com relação ao ritmo do crescimento dos gastos públicos", afirma Werlang, ex-diretor de Política Econômica do BC.

Os analistas reconhecem que a situação fiscal do país está bem melhor do que nos anos 80 e 90. O economista-chefe do Morgan Stanley no Brasil, Marcelo Carvalho, reforça que o superávit primário é fundamental para manter a relação dívida/PIB em queda. O saldo positivo é de 4,22% do PIB nos 12 meses acumulados em novembro. Segundo as projeções do chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, a dívida líquida deve fechar 2007 em 43,5% do PIB, menor valor desde 1998.

"A estabilidade ampliou o horizonte de planejamento dos agentes econômicos, que agora podem olhar para os próximos anos", afirma Carvalho. Ele acredita que ainda é crucial fazer as reformas fiscal, tributária e previdenciária. Na avaliação do economista Nuno Câmara, do Dresdner Bank, o fim da CPMF deve forçar o governo a melhorar a eficiência dos gastos. Num ranking de eficiência na América Latina, o Brasil ocupa a penúltima colocação.